



PREFEITURAMUNICIPAL DECATAGUASES - MG

**Decreto nº 6.066/2025**

*Regulamenta medidas de aprimoramento e desenvolvimento socioeconômico local e regional, no município de Cataguases, Minas Gerais, com o objetivo de garantir a promoção de acesso ao mercado das microempresas e empresas de pequeno porte, além dos agricultores familiares, produtores rurais pessoas físicas, microempreendedores individuais (MEIs) e sociedades cooperativas que se enquadrem equiparados nos mesmos benefícios legais.*

**JOSÉHENRIQUES**, Prefeito de CATAGUASES – MG, no uso de suas atribuições e permissões legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**Considerando** o tratamento diferenciado destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, no que tange ao acesso aos mercados, em especial a prioridade de contratação para aquelas sediadas local ou regionalmente - presentes no art.4º da Lei 14.133/2021 c/c 42 a 49 da Lei complementar 123/2006;

**Considerando** as disposições da Lei Geral das Microempresas, Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual, do município de Cataguases - Lei Municipal 3.848/2010;

**Considerando** o tratamento legislativo equiparado dado aos agricultores familiares, produtores rurais pessoas físicas, microempreendedores individuais (MEIs) e sociedades cooperativas;

**Considerando** a necessidade e interesse no fomento do comércio local e regional e na eficiência dos produtos e serviços ofertados ao município de Cataguases;

**DECRETA**

**Art.1º** - Ficam instituídas medidas de aprimoramento e desenvolvimento socioeconômico local e regional, no município de Cataguases, Minas Gerais, com o objetivo de garantir a promoção de acesso ao mercado das microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive as sediadas neste município e região, nos termos deste Decreto, da Lei Municipal 3.848/2010 e da Lei Complementar Nacional nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**Art.2º** - Nas contratações públicas de bens e serviços do município de Cataguases/MG, desde que informado no Termo de Referência e em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs), objetivando:

**I** - a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

**II** - a ampliação da eficiência das políticas públicas;

**III** - o fomento do desenvolvimento local; e

**IV** - o estímulo à utilização do poder de compra do Município e Região.

**§1º.** Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se :

**I** - “local” ou “municipal”, o limite geográfico do município de Cataguases.

**II** - “regional”, uma das alternativas a seguir, em conformidade com o que dispuser o termo de referência:

**a)** o entorno do Município, sendo este o âmbito dos municípios estabelecidos até o limite de 50 km (cinquenta quilômetros) do centro do município de Cataguases até o centro do município onde a sede (ou filial participante) da empresa esteja estabelecida,





PREFEITURAMUNICIPAL DECATAGUASES - MG

calculando-se a distância pelo raio do centro do município de Cataguases até o centro da cidade do licitante;

b) o âmbito dos municípios constituintes da região geográfica imediata a que pertence o próprio Município de Cataguases, definida pelo IBGE (vide Anexo I);

c) o âmbito dos municípios constituintes da região geográfica intermediária a que pertence o próprio Município de Cataguases: a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, definida pelo IBGE (vide Anexo II).

§2º. A eleição do critério de regionalização do certame deverá estar definido no Termo de Referência e considerará as especificidades de cada objeto licitado e o respectivo mercado fornecedor, cabendo motivar o processo licitatório, justificando os parâmetros utilizados na delimitação da região;

§3º. Sempre que possível, de acordo com o Termo de Referência, deve-se priorizar microempresas e empresas de pequeno porte cuja sede esteja localizada no território do município de Cataguases, para fins específicos de fomento do mercado local.

Art. 3º. As compras de bens e serviços deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas.

**Parágrafo único.** Quando se tratar de bens ou serviços divisíveis que possam ser adjudicados a licitantes distintos, poderá ser utilizada a licitação por item, como aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração.

Art. 4º -As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para o efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§1º - A comprovação de regularidade a que se refere o *caput* deste artigo somente será exigida para efeito de assinatura do contrato;

§2º - Havendo alguma restrição na documentação apresentada, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para:

I - a regularização da documentação;

II - a realização do pagamento ou parcelamento do débito; e

III - a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§3º - A não-regularização da documentação no prazo do parágrafo anterior implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 §5º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo facultado à Administração:

I - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato; ou

II - revogar a licitação.

Art.5º - Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte da região.

§1º - Entende-se por empateaquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

§2º - Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no parágrafo anterior será o de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço;

§3º - O empate só ocorrerá quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES - MG

**Art.6º** - Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**I** - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**II** - tratando-se de pregão, na hipótese do inciso anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

**III** - Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não apresentar proposta de preço inferior, serão convocadas para o exercício do mesmo direito, na ordem classificatória, as remanescentes que, porventura, se enquadrem na situação de empate;

**IV** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas convocadas - em que as microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate apresentem valores idênticos - será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

**V** - O disposto no inciso anterior não ocorrerá quando o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

**Parágrafo Único.** Na hipótese da não-contratação, nos termos previstos neste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**Art.7º** - Para a concessão do tratamento diferenciado e simplificado a que se refere este Decreto, a Administração Pública:

**I** - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por item se a forma de julgamento for menor preço por item ou valor global quando a forma de julgamento for menor preço por lote;

**II** - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

**Art.8** Para a aplicação dos benefícios do artigo anterior:

**I** - Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item; e

**II** - A prioridade de contratação do § 2º do artigo anterior se dará nos seguintes termos:

**a)** aplica-se nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, sejam iguais ou até dez por cento superiores ao menor preço;

**b)** a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente, melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

**c)** na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;





PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES - MG

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas convocadas - em que as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, que se encontrem em situação de empate, apresentem valores idênticos - será realizado o sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, a prioridade do inciso III do artigo anterior será aplicada apenas na cota reservada para a contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

**Art.9º.** Não se aplica o disposto no art.7º quando:

**I** - Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

**II** - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte for inviável ou não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

**III** - A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, exceto a dispensa por valor dos incisos I e II do art. 75 do mesmo diploma legislativo;

**Parágrafo único.** Considera-se não vantajosa a contratação quando:

**I** - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

**II** - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

**Art.10** Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, de que trata o art.7º II, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, os órgãos e entidades contratantes reservarão cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto desde que seja informado no termo de referência, para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

**§1º** Para aplicação da cota reservada, o objeto poderá ser subdividido em itens, sendo:

**I** - um com o limite máximo percentual de 25% para a cota reservada, destinado exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte;

**II** - outro, com o percentual complementar destinado ao mercado geral.

**§2º.** O disposto neste artigo não impede a participação da microempresa ou empresa de pequeno porte na disputa pela totalidade do objeto.

**§3º.** O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

**§4º.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

**§5º.** Aplica-se o disposto no caput sempre que houver, local ou regionalmente, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atendam às exigências constantes do instrumento convocatório.

**§6º.** Nas licitações por Sistema de Registro de Preço, ou por entregas parceladas, o termo de referência deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições do pedido, justificadamente.

**§7º.** Não se aplica disposto neste artigo para os itens ou lotes de licitação de valor estimado até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação





PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES - MG

exclusiva do art. 7º inciso I.

**Art.11** - Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas, a Administração Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Gestão Institucional - SEDEGI, deverá:

**I.** Instituir cadastro próprio para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de estimular o cadastramento nos sistemas eletrônicos de compras;

**II.** Divulgar amplamente as contratações públicas a serem realizadas no sítio oficial do município.

**Art. 12.** Para fins de aquisição do tratamento diferenciado dado à microempresa e empresa de pequeno porte, inclusive as equiparações legais que possibilitam a fruição do tratamento favorecido também ao microempreendedor individual, ao produtor rural pessoa física, ao agricultor familiar e à sociedade cooperativa; o enquadramento como:

**I** - microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

**II** - agricultor familiar se dará nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e art. 3º-A da Lei Complementar nº 123, de 2006;

**III** - produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e art. 3º-A da Lei Complementar nº 123, de 2006;

**IV** - microempreendedor individual se dará nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

**V** - sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

**§ 1º** O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

**§ 2º** Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado, sob as penas da lei, declaração de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido.

**Art.13** - O disposto neste Decreto se aplica aos consórcios formados exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a soma das receitas brutas anuais não ultrapassem o limite previsto no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**Art.14** - O disposto neste Decreto não se aplica:

**I** - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta anual máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**II** - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta anual máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.





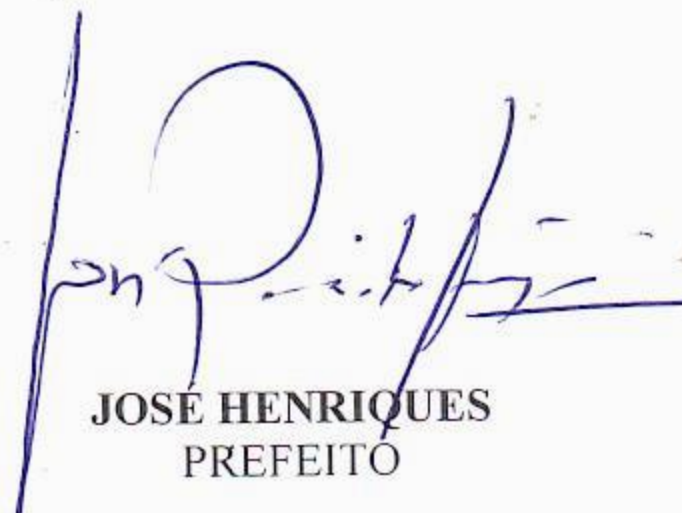
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES - MG

§ 1º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

**Art.15** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Cataguases, 12 de março de 2025.



JOSE HENRIQUES  
PREFEITO



PREFEITURAMUNICIPAL DECATAGUASES - MG

**ANEXO I**

A **Região Geográfica Imediata de Cataguases** é uma das 70 regiões imediatas do Estado de Minas Gerais, uma das 10 regiões imediatas que compõem a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora e uma das 509 regiões imediatas do Brasil, criadas pelo IBGE em 2017.

É composta por 10 municípios, tendo uma população estimada pelo IBGE para 1.º de julho de 2017 de 184 423 habitantes e uma área total de km².

**Municípios**



**Município**

Argirita  
Astolfo Dutra  
**Cataguases**  
Dona Eusébia  
Itamarati de Minas  
Laranjal (Minas Gerais)  
Leopoldina (Minas Gerais)  
Palma (Minas Gerais)  
Recreio (Minas Gerais)  
Santana de Cataguases

Região Geográfica Imediata de Cataguases. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Geogr%C3%A1fica\\_Imediata\\_de\\_Cataguases](https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Geogr%C3%A1fica_Imediata_de_Cataguases). Acesso em: 06 de janeiro de 2025.

*[Handwritten signature]*





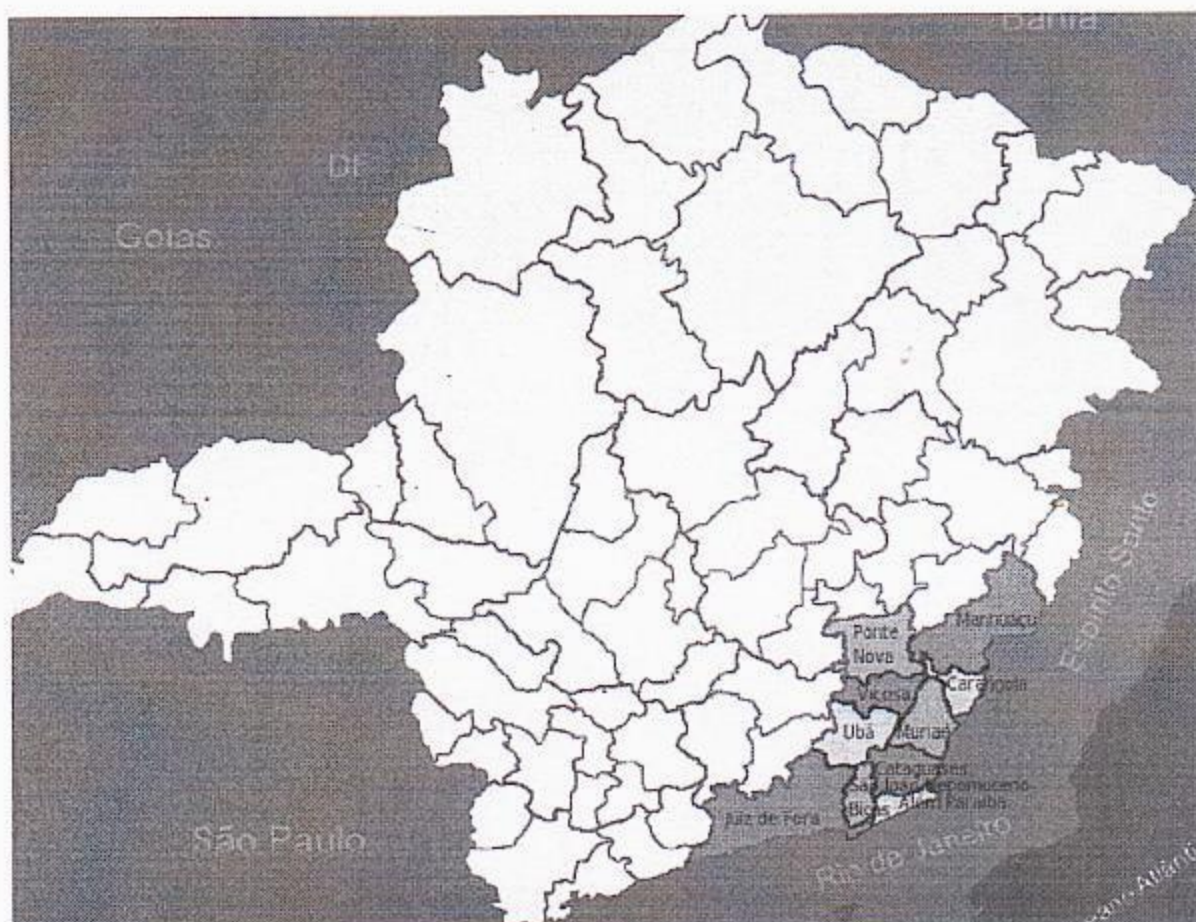
PREFEITURAMUNICIPAL DECATAGUASES - MG

ANEXO II

A **Região Geográfica Imediata de Cataguases** é uma das 10 regiões imediatas da **Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Juiz de Fora**.

A **Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora** é uma das treze regiões intermediárias do estado brasileiro de Minas Gerais e uma das 134 regiões intermediárias do Brasil, criadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017. É composta por 146 municípios, distribuídos em dez regiões geográficas imediatas.

Sua população total estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 1º de julho de 2018 é de 2 334 530 de habitantes, distribuídos em uma área total de 38 915,136 km².



**10 regiões imediatas da Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Juiz de Fora =**

Região geográfica imediata	Municípios
Região Geográfica Imediata de Juiz de Fora	Andrelândia
	Aracitaba
	Arantina
	Belmiro Braga
	Bias Fortes
	Bocaina de Minas
	Bom Jardim de Minas
	Chácara
	Chiador
	Coronel Pacheco
	Ewbank da Câmara
	Goianá
	Juiz de Fora
	Liberdade
	Lima Duarte
	Matias Barbosa
	Olaria
	Oliveira Fortes
	Paiva





PREFEITURAMUNICIPAL DECATAGUASES - MG

Região geográfica imediata	Municípios
	Passa Vinte Pedro Teixeira Piau Rio Novo Rio Preto Santa Bárbara do Monte Verde Santa Rita de Jacutinga Santana do Deserto Santos Dumont Simão Pereira Abre Campo Alto Caparaó Alto Jequitibá Caparaó Caputira Chalé Conceição de Ipanema Durandé Ipanema Lajinha Luisburgo Manhuaçu Manhumirim Martins Soares Matipó Mutum Pocrane Reduto Santa Margarida Santana do Manhuaçu São João do Manhuaçu São José do Mantimento Simonésia Taparuba Brás Pires Divinésia Dores do Turvo Guarani Guidoval Guiricema Mercês Piraúba Rio Pomba Rodeiro São Geraldo Senador Firmino Silveirânia Tabuleiro Tocantins Ubá Visconde do Rio Branco Antônio Prado de Minas Barão de Monte Alto Eugenópolis Fervedouro





PREFEITURAMUNICIPAL DECATAGUASES - MG

Região geográfica imediata	Municípios
	Miradouro
	Mirai
	Muriaé
	Patrocínio do Muriaé
	Rosário da Limeira
	São Francisco do Glória
	São Sebastião da Vargem Alegre
	Vieiras
	Argirita
	Astolfo Dutra
	Cataguases
	Dona Eusébia
Região Geográfica Imediata de Cataguases	Itamarati de Minas
	Laranjal
	Leopoldina
	Palma
	Recreio
	Santana de Cataguases
	Acaiaca
	Alvinópolis
	Amparo da Serra
	Barra Longa
	Diogo de Vasconcelos
	Dom Silvério
	Guaraciaba
	Jequeri
Região Geográfica Imediata de Ponte Nova	Oratórios
	Piedade de Ponte Nova
	Ponte Nova
	Rio Casca
	Rio Doce
	Santa Cruz do Escalvado
	Santo Antônio do Grama
	São Pedro dos Ferros
	Sem-Peixe
	Sericita
	Urucânia
	Araponga
	Cajuri
	Canaã
	Coimbra
	Ervália
Região Geográfica Imediata de Viçosa	Paula Cândido
	Pedra do Anta
	Porto Firme
	Presidente Bernardes
	São Miguel do Anta
	Teixeiras
	Viçosa
	Caiana
	Carangola
Região Geográfica Imediata de Carangola	Divino
	Espera Feliz
	Faria Lemos
	Orizânia

12





PREFEITURAMUNICIPAL DECATAGUASES - MG

Região geográfica imediata	Municípios
Região Geográfica Imediata de São João Nepomuceno-Bicas	Pedra Bonita
	Pedra Dourada
	Tombos
	Bicas
	Descoberto
	Guarará
	Mar de Espanha
	Maripá de Minas
	Pequeri
	Rochedo de Minas
	São João Nepomuceno
	Senador Cortes
	Além Paraíba
Região Geográfica Imediata de Além Paraíba	Estrela Dalva
	Pirapetinga
	Santo Antônio do Aventureiro
Total	Volta Grande
	146

Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Geogr%C3%A1fica\\_Intermedi%C3%A1ria\\_de\\_Juiz\\_de\\_Fora](https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Geogr%C3%A1fica_Intermedi%C3%A1ria_de_Juiz_de_Fora). Acesso em: 06 de janeiro de 2025.